



UNIVERSIDADE  
FEDERAL DO CEARÁ

# CONTEXTUS

## REVISTA CONTEMPORÂNEA DE ECONOMIA E GESTÃO

Contextus – Contemporary Journal of Economics and Management

ISSN 1678-2089  
ISSNe 2178-9258

[www.periodicos.ufc.br/contextus](http://www.periodicos.ufc.br/contextus)

## Capacidades coletivas em inovações sociais à luz do Ciclo 5C: Uma análise da Rede Paraibana de Bancos Comunitários

*Collective capabilities in social innovations in the light of the 5C Cycle: An analysis of the Paraibana Network of Community Banks*

*Capacidades colectivas en innovaciones sociales a la luz del Ciclo 5C: Un análisis de la Red Paraibana de Bancos Comunitarios*

<https://doi.org/10.19094/contextus.2021.61280>

**Leonardo Ferreira Batista**

<https://orcid.org/0000-0002-7388-1297>

Doutorando em Administração pela Universidade Federal de Pernambuco  
Mestre em Administração pela Universidade Federal de Campina Grande  
[leonardofb.leo@gmail.com](mailto:leonardofb.leo@gmail.com)

**Suzanne Érica Nóbrega Correia**

<https://orcid.org/0000-0003-3613-234X>

Professora na Universidade Federal de Campina Grande  
Doutora em Administração pela Universidade Federal de Pernambuco  
[suzanne.correia@ufcg.edu.br](mailto:suzanne.correia@ufcg.edu.br)

### RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar empiricamente as variáveis de representação do Ciclo 5C de desenvolvimento de capacidades coletivas em inovações sociais: Capital, Conscientização, Conciliação, Colaboração e Confluência. Traz relevância aos estudos da área, bem como uma contribuição para estratégias que desenvolvam as capacidades coletivas nas iniciativas sociais. Construiu-se um estudo dos múltiplos casos da Rede Paraibana de Bancos Comunitários de Desenvolvimento. Evidenciou-se que a utilização do capital e as práticas de confluência são refletidas principalmente na difusão de práticas das iniciativas. Conclui-se, sob uma perspectiva de capacidades coletivas, que a análise desse framework em contextos reais subsidia práticas de desenvolvimento de capacidades coletivas e promove melhoria da gestão de iniciativas de inovação social e o consequente desenvolvimento local.

**Palavras-chave:** Inovação Social; Abordagem das Capacidades; Moedas Sociais; Bancos Comunitários de Desenvolvimento; Desenvolvimento Local.

### ABSTRACT

This article aims to empirically analyze the representation variables of the 5C Cycle of developing collective capabilities in social innovations: Capital, Conscientization, Conciliation, Collaboration, and Confluence. It brings relevance to studies in the area, as well as a contribution to strategies that develop collective capabilities in social initiatives. A study of the multiple cases of the Paraibana Network of Community Development Banks was constructed. It became evident that the use of capital and confluence practices are reflected mainly in the diffusion of practices of the initiatives. It is concluded, from a collective capabilities perspective, that the analysis of this framework in real contexts subsidizes collective capability development practices and promotes improved management of social innovation initiatives and the consequent local development.

**Keywords:** Social Innovation; Capabilities Approach; Social Currencies; Community Development Banks; Local Development.

### RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo analizar empíricamente las variables de representación del Ciclo 5C de desarrollo de capacidades colectivas en innovaciones sociales: Capital, Conciencia, Conciliación, Colaboración y Confluencia. Aporta relevancia a los estudios en el área, así como un aporte a estrategias que desarrollen capacidades colectivas en iniciativas sociales. Se construyó un estudio de los múltiples casos de la Red Paraibana de Bancos de Desarrollo Comunitario. Se hizo evidente que el uso de capital y las prácticas de confluencia se reflejan principalmente en la difusión de las prácticas de las iniciativas. Se concluye, desde una perspectiva de capacidades colectivas, que el análisis de este marco en contextos reales subsidia prácticas de desarrollo de capacidades colectivas y promueve una mejor gestión de las iniciativas de innovación social y el consecuente desarrollo local.

**Palabras clave:** Innovación social; Enfoque de capacidades; Monedas sociales; Bancos de desarrollo comunitario; Desarrollo local.

### Informações sobre o Artigo

Submetido em 06/11/2020

Versão final em 18/01/2021

Aceito em 19/01/2021

Publicado online em 22/03/2021

Comitê Científico Interinstitucional

Editor-Chefe: Diego de Queiroz Machado

Avaliado pelo sistema *double blind review* (SEER/OJS – versão 3)



### Como citar este artigo:

Batista, L. F., & Correia, S. E. N. (2021). Capacidades coletivas em inovações sociais à luz do Ciclo 5C: Uma análise da Rede Paraibana de Bancos Comunitários. *Contextus – Revista Contemporânea de Economia e Gestão*, 19(6), 71-87. <https://doi.org/10.19094/contextus.2021.61280>

## 1 INTRODUÇÃO

O campo da inovação social (IS) tem ganhado um caráter múltiplo com o avanço de suas pesquisas, cujo conceito do fenômeno abrange desde simples ideias até a formalização de organizações sociais estruturadas com foco em inovação para mudança social (Cajaiba-Santana, 2014; Portales, 2019; Schubert, 2018; van der Have & Rubalcaba, 2016). Demanda-se, então, interdisciplinaridade para uma maior compreensão do seu escopo (Cajaiba-Santana, 2014; Ziegler, 2017b). Nessa perspectiva, alguns estudos utilizam a abordagem das capacidades humanas (Sen, 1990, 2001) para o direcionamento das discussões à base da IS, cujos atores sociais são considerados os pilares de amplas transformações a partir desse fenômeno (Abad & Ezponda, 2019; Chiappero-Martinetti & Von Jacobi, 2015; Sferrazzo & Ruffini, 2019).

Essa congruência entre a abordagem das capacidades e a inovação social permite estudos centrados nas pessoas e nas suas capacidades de realização, os quais já se encontram na literatura (Howaldt & Schwarz, 2017; Tiwari, 2017; Ziegler, Molnar, Chiappero-Martinetti & von Jacobi, 2017). Defende-se, nesse sentido, que os atores sociais são vistos como agentes de efetivações e, portanto, constituem ponto fundamental das iniciativas de IS, conquistando o papel simultâneo de agentes e público das suas realizações (Sferrazzo & Ruffini, 2019; Ziegler, 2010).

A partir dessa perspectiva, propõe-se o Ciclo 5C de desenvolvimento capacidades coletivas em inovações sociais, aperfeiçoando o modelo 3C de Ibrahim (2017), que apresenta a construção de capacidades coletivas em IS de base. Discute-se, com o ciclo 5C, as categorias capital, conscientização, conciliação, colaboração e confluência, como processos fundamentais para aquela dinâmica. A partir desse entendimento, este artigo tem o objetivo de analisar os processos (variáveis qualitativas) dessas categorias nos bancos da Rede Paraibana de Bancos Comunitários, refletindo uma exploração e descrição empírica.

Os bancos comunitários de desenvolvimento são enxergados como iniciativas de economia solidária (Singer, 2002), assim, assumem o papel de celeiros de autogestão, principalmente no que diz respeito à finalidade das suas ações, como a promoção do bem-estar social com a satisfação das necessidades sociais (Juliani, Juliani, Souza & Harger, 2014; Medeiros, Machado, Pereira, Costa, & Gomez, 2017). Desse modo, evidenciam-se como laboratórios para práticas de inovação social (Vieira, Parente, & Barbosa, 2017), por meio de projetos com fins comunitários, em autogestão coletiva e democrática, desprovidos de lucros privativos e com geração de mudança social (Ibrahim, 2017; Moulart, Martinelli, González & Swyngedouw, 2007; Portales, 2019; Vieira et al., 2017).

Justifica-se esta pesquisa no sentido de permitir o avanço da literatura acerca da congruência científica entre o campo da inovação social e a abordagem das capacidades, bem como o fornecimento de uma contribuição empírica para o estudo de estratégias e ações que desenvolvam as capacidades coletivas nas iniciativas de inovação social.

As articulações teóricas do framework estudado são atuais e necessitam de uma análise em contextos reais, que podem fornecer subsídios para as práticas apresentadas na literatura, com o intuito de melhorar a gestão das iniciativas de inovação social, promovendo o consequente desenvolvimento socioeconômico das comunidades em que estas estão inseridas. Para este fim, os casos escolhidos para exploração empírica são justificados pelas suas características de inovações sociais e suas estruturas essencialmente colaborativas.

Estruturalmente, além destes aspectos introdutórios, este estudo apresenta o referencial teórico adotado, os aspectos metodológicos, e, por fim, os resultados e considerações finais.

## 2 CAPACIDADES PARA INOVAÇÃO SOCIAL

Enxergando o campo da inovação social em perspectivas interdisciplinares (Cajaiba-Santana, 2014; Ziegler, 2017b), estudos têm dado ênfase aos atores sociais sob uma ótica de capacidades (Sen, 1990, 2001). Essa abordagem apresenta uma clara congruência com a inovação social, cujos atores são a base das estruturas sociais com esta finalidade (Sferrazzo & Ruffini, 2019; Ziegler, 2010). Nesse sentido, a partir da mobilização dos recursos e capacidades desses agentes, visa-se à transformação social (Chiappero-Martinetti & Von Jacobi, 2015; Nicholls & Murdock, 2012; Sferrazzo & Ruffini, 2019).

A abordagem de Sen (1990, 2001) conduz essencialmente à compreensão dos conceitos de “efetivações”, “capacidades” e “agência” (Deneulin & McGregor, 2010; Sferrazzo & Ruffini, 2019) dos atores sociais. O primeiro contempla as ações desses indivíduos em busca de seus propósitos. O segundo discute a liberdade de atuação para as ações pensadas. E o terceiro conceito reflete os esforços para a concretização dos anteriores. Ambos sugerem reflexões e aplicações para o desenvolvimento humano (Sen, 1990, 2001) e têm sido utilizados em diversas áreas, especialmente no campo da inovação social, por seu caráter humano, social e coletivo (Cajaiba-Santana, 2014; Ibrahim, 2017; Ziegler et al., 2017).

Embora alguns trabalhos já tenham tentado explicar a presença da visão de Sen aplicada às iniciativas de inovação social (Howaldt & Schwarz, 2017; Ibrahim, 2017; Sen, 1990; 2001; Tiwari, 2017; Ziegler et al., 2017), o trabalho de Ibrahim (2017) deu um passo à frente com a proposição de um modelo teórico, intitulado Modelo 3C. Essa construção teórica discutiu a promoção de capacidades coletivas pelas inovações de base em três processos: Conscientização, reflexão inerente ao âmbito

individual do ator social; conciliação, esforço voltado ao consenso coletivo; e colaboração, a cooperação entre os atores envolvidos. No entanto, o Modelo 3C não descreve os processos internos presentes nas três categorias propostas e omite alguns processos pertencentes à dinâmica discutida até aqui, como por exemplo a mobilização de recursos desempenhada pelos atores sociais (Bourdieu, 1986) e a difusão de práticas para escalabilidade das iniciativas, bem como o impacto local gerado (Cajaiba-Santana, 2014; Howaldt, Kopp & Schwarz, 2015; Moore & Westley, 2011; Portales, 2019; Souza, Lessa & Silva, 2019). Estudar esses subprocessos garante enriquecimento da teoria e das práticas de desenvolvimento

de capacidades.

Com esta articulação teórica, surge a necessidade de aperfeiçoamento do modelo 3C no sentido de desenredar seus subprocessos e apresentar novos elementos essenciais à representação teórica da dinâmica que este representa. Nessa perspectiva, propõe-se o Ciclo 5C, um modelo destinado à representação das capacidades coletivas geradas nas inovações sociais a partir de cinco processos (categorias): capital (enquanto mobilizador de recursos), conscientização, conciliação, colaboração e confluência (Tabela 1). Defende-se, nesses processos, que a coletividade tem incidência direta no desenvolvimento de capacidades nas inovações sociais.

**Tabela 1**

Descritores do Ciclo 5C

<b>Categorias</b>	<b>Subcategorias</b>	<b>Descritores</b>	<b>Recorte de estudos que consubstanciam os processos</b>
<b>Conscientização</b>	Reflexão crítica	Papel de refletir criticamente e gerar estratégias.	Cajaíba-Santana, (2014); Correia et al. (2016); Ibrahim (2017); Robeyns (2005).
	Engajamento pessoal	Disciplina e aderência às tarefas.	Correia et al. (2019); Fligstein (2007); Ibrahim (2017); Sen (1990, 2001); Young (2011)
	Desejo de melhora de vida	Desejo de obtenção de resultados.	Cajaíba-Santana (2014); Ibrahim (2017); Schubert (2018); Sen (1990, 2001); Tsakanika e Chaves-Ávila (2017); Voorberg et al. (2015).
<b>Conciliação</b>	Organização de atividades	Adequação e divisão de atividades.	Ibrahim (2017); Mumford (2002); Tsakanika e Chaves-Ávila (2017); Schubert (2018); Sen (1990, 2001).
	Voz ativa dos envolvidos	Participação democrática.	Correia et al. (2019); Ibrahim (2017); Portales (2019); Scopetta et al. (2014); Scott-Cato e Hillier (2010); Voorberg et al. (2015); Ziegler (2017b).
	Aquisição de habilidades	Busca por desenvolvimento de habilidades sociais.	Baron and Markman (2000); Correia et al. (2019); Fligstein (1997, 2007); Ibrahim (2017); Robeyns (2005); Sen (1990, 2001); Sferrazzo e Ruffini (2019); Ziegler (2017b).
<b>Colaboração</b>	Liderança congregadora	Estímulo da colaboração a partir da liderança.	Cajaíba-Santana (2014); Chiapero-Martinetti e Von Jacobi (2015); Correia et al. (2019); Fligstein (2007); Ibrahim (2017); Nicholls e Ziegler (2017); Schubert (2018); Voorberg et al. (2015); Ziegler (2017b).
	Cooperação entre atores	Cooperação entre atores internos para o atingimento de objetivos organizacionais.	Vide estudos acima.
<b>Confluência</b>	Confluência entre fatores do ambiente organizacional	Confluência de fatores entre vários domínios, como ambiente externo, contexto operacional e cultura, moderados por contingências relativas às preocupações sociais/ambientais.	Cajaiba-Santana, (2014); Chiapero-Martinetti e Von Jacobi (2015); Dawson and Daniel (2010); Moore et al. (2012); Nicholls e Ziegler (2017); Rey-García et al. (2019); Ziegler (2017b).
	Difusão das práticas como confluência de conhecimento	Confluência de financiadores, visionários, organizações, artistas, acadêmicos e sociedade civil em geral que compartilham interesses relacionados às inovações sociais.	Borges et al. (2020); Cajaiba-Santana (2014); Correia et al. (2018, 2019); Dawson e Daniel (2010); Huddart (2010); Ibrahim (2017); Nicholls e Ziegler (2017); Oliveira et al. (2018); Rey-García et al. (2019); Ziegler (2017b)
<b>Capital</b>	Capital Econômico	Recursos econômicos disponíveis.	Bourdieu (1986).
	Capital Social	Diz-se de redes de confiança e reciprocidade.	Vide estudo acima.
	Capital Cultural	Diz-se da cultura (educação, estilo, intelecto) ligada aos atores sociais.	Vide estudo acima.

Fonte: Elaborada pelos autores.

Entende-se que a dinâmica desse desenvolvimento é subsidiada pela mobilização de recursos consoante ao conceito de capital de Bourdieu (1986), que apresenta os elementos tangíveis ou intangíveis essenciais às organizações: o capital econômico, representado pelos recursos financeiros; o capital social, relacionado à confiança e reciprocidade entre atores; e o capital cultural, que representa os aspectos relacionados à história, educação e diversidade cultural destes atores. Segundo Bourdieu (1986), as formas de capital relacionam-se com poder, uma vez que refletem a força propulsora para quaisquer iniciativas na sociedade. Nesse sentido, apoiam de forma basilar o processo de desenvolvimento de capacidades em inovações sociais com financiando ações e projetos (Bourdieu, 1989; Portales, 2019; Tsakanika & Chaves-Ávila, 2017; Ziegler, 2017b).

No âmbito individual, apresenta-se o processo de conscientização, previsto pelo modelo 3C (Ibrahim, 2017) como uma transformação na esfera cognitiva com vista ao engajamento dos atores sociais. Trata-se da geração de pensamento crítico voltado à inquietação do indivíduo com o objetivo de melhoria de vida. São elementos intrínsecos propostos pelo ciclo 5C acerca desse processo: a reflexão crítica; o engajamento pessoal; e o desejo de melhoria de vida (Cajaíba-Santana, 2014; Correia, Oliveira & Gomez, 2016; Ibrahim, 2017; Sen, 1990, 2001; Schubert 2018; Tsakanika & Chaves-Ávila, 2017).

Em seguida, tem-se a conciliação, categoria que se reflete em uma palavra-chave: consenso. Com esse propósito, os interesses coletivos orientam as ações conjuntas com o objetivo de um bem comum em três elementos: a organização de atividades; a voz ativa dos envolvidos; e a aquisição de habilidades (Baron & Markman, 2000; Ibrahim, 2017; Portales, 2019; Scoppetta, Butzin & Rehfeld, 2014; Sen, 1990, 2001; Sferrazzo & Ruffini, 2019; Voorberg, Bekkers & Tummers, 2015). Esse processo é a base para a próxima categoria, que representa a colaboração entre atores com características diversas dentro das inovações sociais, capaz de provocar mudanças, como o fortalecimento das capacidades e dos papéis destes (Cajaíba-Santana, 2014; Chiappero-Martinetti & Von Jacobi, 2015; Ibrahim, 2017; Nicholls & Ziegler, 2017; Schubert, 2018; Ziegler, 2017b). São elementos: a liderança congregadora e a colaboração entre atores.

Por fim, apresenta-se a confluência como o último C do framework, em que se integra a confluência de informações e de fatores organizacionais em relação ao ambiente externo, a cultura local e o contexto operacional, moderados por contingências relativas às preocupações sociais/ambientais e a difusão de práticas com a consequente expansão das iniciativas e, como último fim, o

desenvolvimento local (Borges, Dandolini & Soares, 2020; Correia, Oliveira & Gómez, 2018; Dawson & Daniel, 2010; Huddart, 2010; Ibrahim, 2017; Moore, Westley & Nicholls, 2012; Rey-García, Calvo & Mato-Santiso, 2019). São elementos: a confluência entre fatores do ambiente organizacional e a difusão de práticas como confluência de conhecimento.

Com esta articulação teórica, defende-se a soma dos processos de conscientização, conciliação e colaboração (Ibrahim, 2017) a novos elementos fundamentais previstos por obras seminais como “As Formas de Capital” (Bourdieu, 1986) e “Habilidade Social e Teoria dos Campos” (Fligstein, 2007).

Avançando nas discussões, apresenta-se ainda no ciclo as chamadas “variáveis influenciadoras”. Dentre elas, a mais significativa é o contexto, uma vez que é capaz de influenciar todo o ciclo, positivamente ou negativamente (recursos, localidade, cultura, entre outros fatores) (Gerometta, Haussermann & Longo, 2005; Ibrahim, 2017; Moulart et al., 2007; Robeyns, 2005; Sen, 1990, 2001; Ziegler, 2010). As demais variáveis são: o conflito/confronto, uma quebra da capacidade de relação humana que gera a falha na cooperação, a cooptação, escolha tendenciosa dos atores participantes, e a captura, desequilíbrio na interação positiva entre atores por meio de uma competição.

Essas variáveis que induzem perdas ou ganhos no processo, também chamadas de C's invisíveis, já estavam previstas no modelo de Ibrahim (2017). No entanto, para atenuar estes efeitos, o ciclo 5C sugere a habilidade social (Fligstein, 2007) como potencializadora da cooperação em termos de confiança e de reciprocidade, favorecendo a articulação produtiva entre os atores relacionados.

Por último, destaca-se a confluência como o conjunto de atividades voltadas à difusão de práticas, à escalabilidade e às estratégias de expansão e de desenvolvimento local, moderados por contingências relativas às preocupações sociais/ambientais, que constroem o escopo das iniciativas de inovação social (Cajaíba-Santana, 2014; Chiappero-Martinetti & Von Jacobi, 2015; Dawson & Daniel, 2010; Moore et al., 2012; Nicholls & Ziegler, 2017; Rey-García et al., 2019; Ziegler, 2017b).

Nesse esforço de representar empiricamente os processos apresentados, essa articulação teórica sugere uma exploração empírica no sentido de fornecer contribuições para o desenvolvimento de capacidades coletivas em inovações sociais a partir de contextos reais das práticas dos atores sociais envolvidos. O Ciclo 5C é apresentado na Figura 1.



**Figura 1.** O Ciclo 5C

Fonte: Elaborada pelos autores.

### 3 METODOLOGIA

Este artigo tem o objetivo de analisar as categorias do Ciclo 5C nos bancos da Rede Paraibana de Bancos Comunitários. Para tanto, adotou-se uma abordagem qualitativa. Este estudo de casos múltiplos explora e descreve as categorias previstas pelo Ciclo 5C, apresentando informações detalhadas sobre o fenômeno estudado (Freitas & Jabbour, 2011; Llewellyn & Northcott, 2007; Yin, 2015). Assim, essa estratégia de pesquisa aperfeiçoa a teoria a partir de uma análise em um contexto real (Freitas & Jabbour, 2011).

Por critério de acessibilidade e de desenvolvimento local e por características de associação alinhadas aos processos apresentados no Ciclo 5C, escolheu-se como unidade de análise de estudo os bancos da Rede Paraibana de Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD's). Com o suporte da literatura, coletou-se os dados desses casos por meio de entrevistas semiestruturadas, cujo roteiro foi elaborado a partir da construção teórica em análise, e contou com questões que abordam o perfil dos entrevistados, os 5 C's do modelo proposto, além de perguntas específicas sobre as variáveis influenciadoras.

O corpus construído contou com 7 entrevistados (E1, E2, E3, E4, E5, E6 e E7), atores-chave (gestores e demais colaboradores) dos 4 bancos estudados, descritos na Tabela 2. A estrutura de colaboradores dos BCD's é enxuta e todos os sujeitos acessíveis foram entrevistados, cujas falas responderam às questões em pauta até a saturação teórica.

Em seguida, documentos adicionais - materiais incluídos no site do objeto, fotos e apresentações audiovisuais com informações internas sobre as práticas do banco - também foram utilizados para o enriquecimento da análise, bem como a observação direta, formando uma triangulação de dados para minimizar a subjetividade e garantir validade e confiabilidade da pesquisa (Flick, 2004; Paiva, Souza Leão & Mello, 2011; Ullrich, Oliveira, Basso & Visentini, 2012; Yin, 2015).

**Tabela 2**

Dados das entrevistas

ID	BCD	Função	Tempo
E1	Lagoa	Responsável pelo BCD (coordenador)	01:22:16
E2	Cinco Lagoas	Responsável pelo BCD	00:41:37
E3	Cinco Lagoas	Presidente do BCD	00:40:01
E4	Jardim Botânico	Responsável pela implantação dos BCD's	00:33:25
E5	Lagoa	Agente de crédito	00:22:18
E6	Lagoa	Ex-agente de crédito	00:54:46
E7	Maringá	Responsável pelo BCD	00:48:20

Fonte: Elaborada pelos autores.

Por fim, os dados foram processados pelo software ATLAS.ti e analisados por meio da análise de conteúdo do tipo temática, em que categorias foram eleitas para o propósito da presente análise (Bardin, 2011). Desse modo, as transcrições das entrevistas foram feitas de forma desnaturalizada, uma vez que se buscou entender o conteúdo das comunicações e possíveis deduções inerentes, em detrimento de detalhes de comunicação das falas dos sujeitos (Nascimento & Steinbruch, 2019).

## 4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

### 4.1 Caracterização do objeto de estudo

Por meio de princípios de economia solidária, em uma prática alternativa à concepção meramente utilitarista da economia de produtos e serviços financeiros, especificamente no campo das finanças solidárias (Singer, 2002), atores sociais criam as iniciativas de inovação social, denominadas de Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD's).

Essas instituições são solidárias e de natureza associativa e comunitária e têm o intuito de reorganizar economias locais, desenvolvendo trabalho e renda, com a busca de uma nova lógica financeira nos seus locais de atuação, resultando em desenvolvimento social e econômico local. Representam, assim, instrumentos importantes das comunidades em que estão inseridos (Melo Neto & Magalhães, 2009; Mostagi, Pires, Mahnic & Santos, 2019).

Na Paraíba, essas iniciativas integram a Rede Paraibana de Bancos Comunitários, uma aliança entre os bancos que ocorre de forma não apenas estrutural, mas dotada de parcerias e de atividades colaborativas. Essa associação se deu em 17 de dezembro de 2016, durante a realização do primeiro Curso Estadual de Finanças Solidárias e Mudança Financeira, construindo uma rede de estrutura comunitária de desenvolvimento, que consolida iniciativas locais e fortalece as frentes de atuação envolvidas na troca de experiências entre os atores institucionais.

Com essa perspectiva de mobilização da comunidade, a Rede Paraibana de Bancos Comunitários reflete uma iniciativa de inovação social, cujos integrantes são os bancos comunitários de desenvolvimento Jardim Botânico, pertencente à Comunidade São Rafael em João Pessoa/PB, o banco Lagoa, da Cidade de Lagoa de Dentro, o banco Maringá, da Cidade de Pombal e o banco Cinco Lagoas, da cidade de Remígio/PB (Rede Paraibana de Bancos Comunitários, n.d.). Ambos com suas características específicas culturais e socioeconômicas, mas com funcionamentos que seguem a mesma dinâmica de atuação.

Um instrumento essencial para esse tipo de iniciativa e que dá a tônica de movimentação financeira defendida, é a moeda social, com a qual se pretende indiretamente o alcance da transformação social e o desenvolvimento local da comunidade. Criada como um instrumento alternativo de incentivo à promoção do consumo local e sustentável, cuja troca por dinheiro é proibida, é reconhecida por produtores, consumidores e comerciantes (Brito & Oliveira, 2019; Silva, 2007), sendo utilizada também em âmbito digital, no aplicativo e-dinheiro.

Esse tipo de moeda, também chamada de moeda solidária ou moeda local, não permite a troca por dinheiro devido a sua finalidade social, que corrobora os seguintes princípios: 1. Democracia participativa: gestão realizada

pela própria comunidade, com transparência na administração e partilha de responsabilidades; 2. Continuidade: permanência nas relações de troca; 3. Confiança: crença na efetividade da moeda; 4. A moeda como meio de circulação e não como um fim lucrativo: sem juros ou prêmio pela retenção da moeda; 5. Promoção do bem-estar social: foco na coletividade (Brito & Oliveira, 2019; Soares, 2016). Esse entendimento consolida, conjuntamente com as práticas descritas nas próximas seções, a iniciativa como uma inovação social e como locus de desenvolvimento de capacidades coletivas.

Desse modo, a utilização da moeda social e os demais processos relacionados ao funcionamento dos BCD's estão em consonância com os postulados da inovação social, em diversas vertentes (Cajaiba-Santana, 2014; Portales, 2019; Schubert, 2018; van der Have & Rubalcaba, 2016), e atuam em sinergia em práticas que expressam a dinâmica do desenvolvimento liderado pela base, discutida pela perspectiva de capacidades (Ibrahim, 2017; Sen, 1990, 2001).

### 4.2 Evidências do Ciclo 5C na Rede Paraibana de Bancos Comunitários

Os dados coletados pela pesquisa fornecem subsídios para a representação da dinâmica do ciclo 5C nos BCD's paraibanos. Além das entrevistas semiestruturadas pautadas no escopo teórico a ser explorado, foi realizada uma pesquisa documental acerca da dinâmica dos bancos comunitários de desenvolvimento (BCD's) do Estado da Paraíba, por meio de fotos, cartazes de eventos internos e externos, vídeos produzidos pelos atores participantes, documentos do site oficial da referida rede, apresentações de multimídia e legislação pertinente. Nesse intento, levantou-se dados suficientes para a discussão dos processos de cada categoria desse instrumento e os chamados C's invisíveis enquanto variáveis influenciadoras, imersas nas discussões. Ambos os elementos estão descritos a partir das redes de códigos geradas pelo software ATLAS.ti.

Desse modo, as falas dos sujeitos e as informações dos documentos auxiliares compõem a análise apresentada a seguir. Nas redes de citações, as letras G corresponde à quantidade de menções ao código referido. A letra D refere-se à densidade e não implica na análise.

#### 4.2.1 Capital

Define-se essa categoria como a mobilização de recursos, sejam eles econômicos, sociais ou culturais (Bourdieu, 1986) pelas iniciativas de inovação social. As citações, desmembradas nos três tipos de capital apresentados estão dispostas nos códigos apresentados pela Figura 2. Esses códigos (ou assuntos) demonstram aspectos confirmadores dos elementos presentes nas categorias do Ciclo 5C. Os assuntos citados pelos entrevistados estão dispostos dentro de cada descritor das categorias.



**Figura 2.** Categoria Capital.  
Fonte: Elaborada pelos autores.

Nessa categoria, as falas dos sujeitos entrevistados fazem menção unânime ao elemento dos BCD's chamado de lastro. Segundo Rigo e França Filho (2017), trata-se de um sistema – exigência do Banco Central do Brasil – que prevê um fundo de crédito presente nos cofres ou em conta bancária específica do banco comunitário e corresponde em real a cada moeda social que circula na comunidade. Nesse sentido, evidencia-se que, no contexto e segmento das iniciativas estudadas, há a presença do capital econômico como um dos subsídios fundamentais às demais dinâmicas.

Como um meio de quebra de barreiras sociais (Burchardt, 2004; Orton, 2011; Sen, 1990, 2001) e principal mobilizadora de recursos e conseqüente formadora de capital econômico (Bourdieu, 1986; Rigo, França Filho, & Leal, 2015), a moeda social é o principal instrumento para a formação dos lastros dos bancos comunitários. Para esse propósito, os atores sociais preocupam-se em obter recursos por meio de empréstimos, pagamentos, compras e trocas da moeda social dentro de suas comunidades (Rigo et al., 2015).

Observa-se, então, que a formação desse fundo de crédito também faz parte do processo de desenvolvimento de capacidades, como evidencia este sujeito: “Cada banco tem que criar seu lastro. Nós fizemos bingos, bazares, algumas instituições ajudam também. Quando a gente faz

esse empréstimo, quando o comerciante vem fazer o câmbio também.” (E4). Isso ocorre porque os BCD's criam estratégias de incentivos para que os atores comunitários usem a moeda social (Rigo et al., 2015).

Dentre outros fins, esses recursos servem para custear as próprias despesas do banco, que “[...] vão desde aluguel, de local onde funciona a sede, até a manutenção de equipamentos, pagamento de energia, de água, as contas que são comuns do dia-a-dia de qualquer instituição” (E1). Com a criação desses mecanismos, objetiva-se a minimização de um dos problemas ocasionados pela variável contexto, o problema da captação de recursos pelas iniciativas de cunho social (Biggeri, Testi & Belluci, 2017), quando utilizam os meios necessários para ação em um contexto adverso. Evidencia-se, então, o esclarecimento sobre esse elemento:

Se eu abro um empreendimento, preciso de capital para investir na compra de produtos ou para fazer com que aquele comércio possa se movimentar. Então, para um banco funcionar, ele tem que ter uma certa quantia no seu cofre, no seu caixa. A gente chama de lastro, que é aquela proteção para ele não “quebrar” na primeira semana que abrir (E1).

A utilização desse recurso se dá principalmente pela relação de confiança e de reciprocidade entre os atores sociais que o utilizam, uma vez que o processo de

circulação dessa moeda é voltado ao bem coletivo. Desse modo, é necessária uma aderência da comunidade para o funcionamento efetivo dessa dinâmica de geração de fundos de crédito. Enfatiza-se aqui o entendimento teórico do capital social previsto por Bourdieu (1986), em que se refletem a coesão social refletida nesse molde de economia, bem como os pilares da habilidade social, na garantia de relações satisfatórias entre os inovadores sociais. Resta apontar que o capital social, uma vez presente nesse tipo de iniciativa, consegue promover o sentimento de coletividade e a integração dos esforços necessários para o efetivo desempenho dos processos, principalmente no que diz respeito à otimização destes a partir da construção de capacidades coletivas (Ibrahim, 2017), que não seriam possíveis sem esse recurso intangível (Fligstein, 2007).

Observa-se, nesse sentido, que o capital social das iniciativas estudadas é considerado satisfatório e, sem ele, várias ações realizadas não existiriam: “[...] o banco só funciona se houver confiança, se houver reciprocidade. E não adianta querer que o banco promova qualquer atividade achando que a gente é a figura principal e mais importante.” (E1).

Por último, assim como preleciona a literatura (Bourdieu, 1986), enxerga-se a presença do capital cultural nos casos analisados. Trata-se de componente relacionado diretamente aos atores sociais, inclusive em âmbito individual, que diz respeito à bagagem cultural e de conhecimento que esses atores fornecem aos BCD's. Um exemplo significativo da valorização cultural nessas iniciativas são as informações presentes nas cédulas das moedas sociais, que remetem à história das comunidades, à representação cultural e ambiental e às conquistas de sua população, a exemplo das edificações públicas e das histórias populares.

Nosso município foi criado numa região onde existiam cinco lagoas. É por isso que o nome do banco comunitário é Cinco Lagoas. E o nome da nossa moeda, reis, porque o nosso primeiro habitante do município chamava-se Remígio dos Reis. Então, são referências históricas que marcam (E2).

Quanto à diversidade cultural, os sujeitos discorrem sobre os benefícios de sua presença: “É sempre importante ter diversidade cultural. [...] às vezes, o problema que nós não conseguimos enxergar, uma pessoa com uma visão diferente do acontecimento pode conseguir enxergar e trazer uma solução de forma mais prática e mais plausível” (E5).

Nas falas dos sujeitos, o capital cultural é evidenciado nas menções à diversidade cultural presente nessas organizações, na necessidade de realização de um processo de formação dos indivíduos e na efetiva realização desse processo, bem como referências à história e cultura local, subsídios constituintes de um dos espaços econômicos férteis para a inovação social (Ziegler et al., 2017). Inclusive, para a escolha dos nomes e representações gráficas dos bancos e das moedas sociais,

este último fator é decisivo. Esse tipo de capital está diretamente relacionado, portanto, com os princípios de economia solidária praticada no meio comunitário (Singer, 2002), uma vez que a dinâmica cultural da comunidade influencia diretamente as estratégias das iniciativas de cunho social e as potencialidades da região, a exemplo de agricultura, artesanato, rádio comunitária, comércio, entre outros, são absorvidas para a cadeia de impacto do banco comunitário de desenvolvimento.

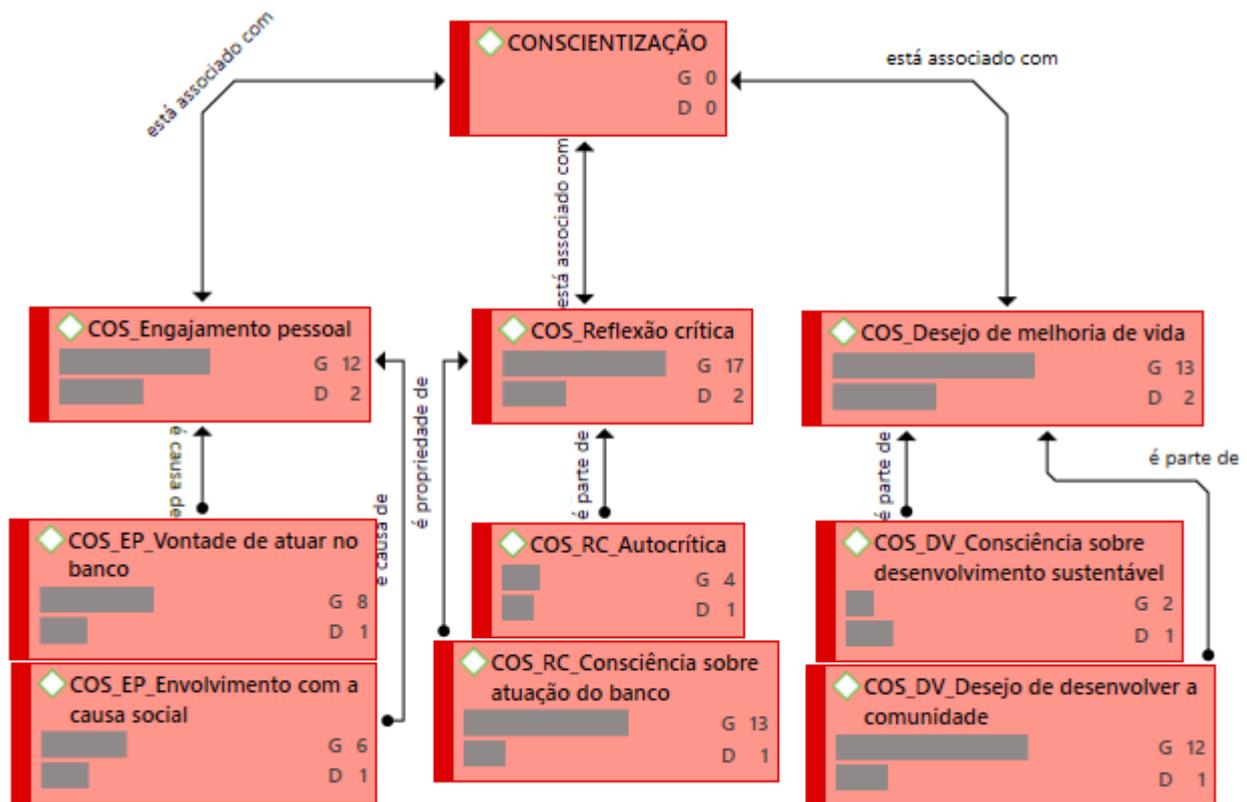
Nessa perspectiva, observa-se que, nesse tipo de iniciativa social, há a presença das três formas de capital previstas por Bourdieu (1986), articuladas em vários elementos, desde o processo de formação dos bancos até a realização das atividades operacionais. E os envolvidos nessas atividades reforçaram a importância desses recursos para a efetividade dessas organizações. O que revela os subsídios fundamentais à dinâmica do Ciclo 5C.

#### 4.2.2 Conscientização

Nessa categoria, foram explorados o papel de refletir criticamente e de gerar estratégias, a aderência às tarefas e o desejo de obtenção de resultados alinhados com a causa defendida pelos bancos comunitários (Singer, 2002). Essas atividades integram um processo definido como incorporação do sentido e dos propósitos daquela iniciativa de inovação social pelos atores envolvidos (Cajaíba-Santana, 2014; Correia et al., 2016; Correia, Melo & Oliveira, 2019; Ibrahim, 2017; Schubert, 2018; Sen, 1990, 2001; Tsakanika & Chaves-Ávila, 2017; Voorberg et al., 2015; Young, 2011). Todos esses processos são defendidos como frutos de um processo que ocorre nos atores sociais. Os elementos relacionados estão dispostos na Figura 3.

Em concordância com o ideal da inovação social (Cajaíba-Santana, 2014; Oliveira et al., 2018; Schubert, 2018; van der Have & Rubalcaba, 2016), os atores dos bancos comunitários acreditam que “para trabalhar no banco, é importante engajamento, [...] ligação com a comunidade” (E4) e uma maior preocupação da instituição em “[...] trabalhar o desenvolvimento de forma sustentável, com consumo mais correto, um consumo mais consciente, um consumo justo” (E1), uma consciência construída por esses participantes. Revela-se, então, que a especificidade de um BCD faz com que ele difira de uma estrutura organizacional comum, requer preparação focada nos objetivos sociais desse tipo de inovação. Tem-se, então, um forte processo de conscientização evidenciado.

Embora os sujeitos entrevistados tenham idades, níveis culturais e estejam em contextos distintos, observou-se, ao longo das entrevistas, um alinhamento significativo no discurso desses entrevistados. Todos demonstraram conhecimento acerca do funcionamento dos seus bancos comunitários e dos outros bancos da rede ao qual pertencem. Entende-se, assim, que há um processo efetivo de conscientização nessas iniciativas. Nesse sentido, apresenta-se como principal impulsionador dessa conscientização o sentimento e a prática de engajamento pessoal.



**Figura 3.** Categoria Conscientização.

Fonte: Elaborada pelos autores.

Os sujeitos pontuam como devem ser os atores com engajamento pessoal:

Uma pessoa que acredite, que bote fé no negócio, que coloque ele para frente. É o que a gente espera, no mínimo. Porque, se eu acredito e tem outras duas pessoas que não acreditam, fica difícil a gente colocar para frente. Tem que ser tudo em conjunto (E3).

[...] por buscar transformação social, pode incluir pessoas que são excluídas do sistema financeiro tradicional e não tem conta em banco, não tem acesso a crédito, coisas do tipo. Esse é um dos fatores que me motivam bastante e me fazem estar engajado nesse projeto dos bancos comunitários: incluir essas pessoas, possibilitar o desenvolvimento social e econômico do município (E6).

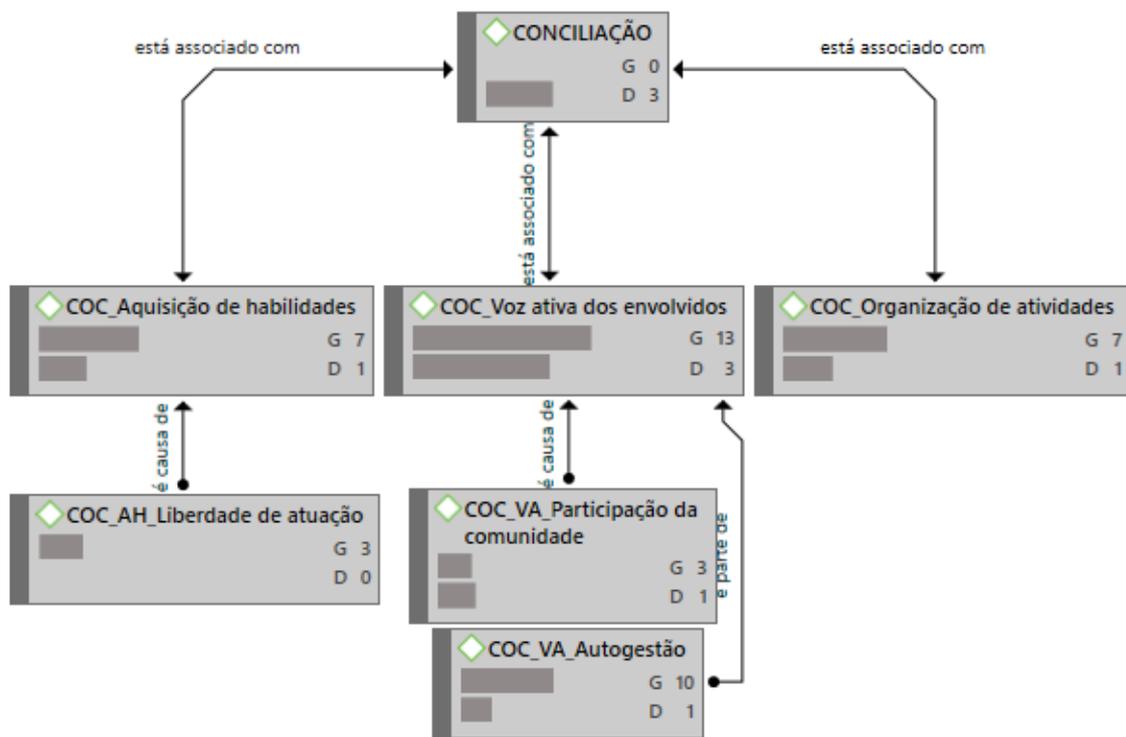
É possível observar que o engajamento pessoal dos atores participantes nesses bancos comunitários está diretamente relacionado a um genuíno desejo de melhoria de vida, representado pelo desejo de desenvolvimento de suas comunidades, cuja representação está na oportunidade de crescimento socioeconômico para os usuários dos serviços oferecidos pelo banco, além de garantia de fomento da economia local a partir do fortalecimento da moeda social, dentre outros fatores. Essas concepções são enxergadas como motores de mudança social (Moulaert et al., 2007), voltadas a diversos fins comunitários, como melhoria de renda, de educação e de alimentação, por exemplo, a partir de uma constante reflexão crítica.

Com essa visão, o que se busca é uma ampla transformação social (Biggeri et al., 2017; Chiappero-Martinetti & Von Jacobi, 2015; Ibrahim, 2017; Tsakanika & Chaves-Ávila, 2017), que consiga abranger a comunidade em que eles vivem e um possível alcance de escalabilidade global, levando as práticas bem-sucedidas e concentradas localmente a outras comunidades.

Para esse avanço, a conscientização e a aderência da população são etapas primordiais e constantes no processo, fazendo também parte da transformação social prevista pela inovação social, cujos agentes são também os próprios beneficiados (Cajaiba-Santana, 2014; Howaldt et al., 2015; Moore & Westley, 2011; Portales, 2019).

#### 4.2.3 Conciliação

Essa categoria faz referência à conciliação entre os interesses individuais e os interesses coletivos dos atores sociais, relacionados ao contexto da comunidade em que estão inseridos. Nesse sentido, é definida como a construção de uma visão de bem comum, por meio do consenso entre os envolvidos e dos esforços conjuntos nas atividades desempenhadas, corroborando a literatura (Correia et al., 2019; Fligstein, 1997, 2007; Ibrahim, 2017; Portales, 2019; Schubert, 2018; Sen, 1990, 2001; Sferrazzo & Ruffini, 2019; Tsakanika & Chaves-Ávila, 2017; Voorberg et al., 2015; Ziegler, 2017b), evita-se posteriores conflitos e confrontos no processo de colaboração (Ibrahim, 2017). Expressa-se os elementos desse consenso na Figura 4.



**Figura 4.** Categoria Conciliação.  
Fonte: Elaborada pelos autores.

Em termos de organização de atividades, os integrantes da Rede paraibana de Bancos Comunitários possuem uma estrutura definida de organização, cujas diretrizes nascem a partir de políticas das chamadas entidades gestoras, que podem ser organizações comunitárias como associações, fóruns, igrejas, ONG's e sindicatos, por exemplo, desde que tenham alinhamento com o propósito da rede. A elas, competem a formação e o planejamento da implementação das atividades de cada banco comunitário. De modo descentralizado, surgem também os conselhos gestores, que determinam os detalhes sobre o funcionamento, nome, produtos oferecidos, características de gestão e parcerias relacionados às iniciativas geridas.

Exemplos de atividades iniciais comuns a todos os BCD's são as chamadas formações especializadas com ênfase em gestão interna. Essas formações são voltadas à definição de estratégias para articulação com novos parceiros, à gestão operacional do banco, aos produtores locais, aos agentes de crédito e aos consumidores. Ainda nesse sentido de conciliação de interesses, é oferecido aos participantes o curso de Marketing Social, no intuito de promover educação sobre os fundamentos em que o banco se apoia.

Como atividade-fim essencial aos bancos comunitários, estão os processos de avaliação e de concessão de crédito. Esse processo segue um trâmite padronizado entre os integrantes da rede paraibana, como descreve de forma sucinta um dos sujeitos:

A pessoa chegou ao banco para solicitar um crédito. [...] Tem um agente de crédito que, primeiro, faz uma sondagem para saber a real necessidade para isso,

fazendo uma visita a pessoa que está solicitando. Depois, ele traz essa solicitação e a gente reúne o conselho, que vê a viabilidade, se libera ou não (E7).

A estrutura dos BCD's é enxuta e basicamente composta pelos líderes e agentes de crédito. Além de serem responsáveis pelas atividades de concessão de crédito, estes executam atividades operacionais: mapeamento socioeconômico da comunidade, atendimento ao público, eventuais articulações com parceiros do banco e trocas de moedas. Engajam-se também nos projetos de divulgação das atividades promovidas pela instituição, num processo consensual, chamado por eles de "envolvimento local sustentável".

Nessas estruturas, prevalece o caráter de inclusão da inovação social (Boni, Belda-Miquel & Pellicer-Sifres, 2018; Ibrahim, 2017; Pellicer-Sifres, Belda-Miquel, Lopez-Fogues & Boni Aristizabal, 2017; Ziegler, 2017a), em detrimento da cooptação, em que o consenso garante a participação ativa e opinativa de todos os participantes das atividades, uma vez que, para a definição de suas políticas de implementação, manutenção e funcionamento, "os bancos sempre recebem bem as críticas e novas ideias" (E5), a partir do direito à voto e voz ativa dos envolvidos: [...] "é um espaço de tomadas de decisões coletivas, em que as pessoas não vão poder agir de forma separada ou beneficiar alguém. Então, a gente deixa isso claro, logo no início, para quem queira participar" (E1).

Esse processo vai além de uma significação do processo de inclusão desses atores sociais, há a liberdade de atuação que garante a autogestão, prevista pela economia solidária (Singer, 2002). Trata-se de uma participação ativa com aquisição de habilidades sociais

importantes para desenvolvimento profissional e pessoal, assegurando o caráter real de transformação desses atores em detrimento do mero desenvolvimento das estruturas as quais eles pertencem.

Um dos entrevistados pontua esse processo:

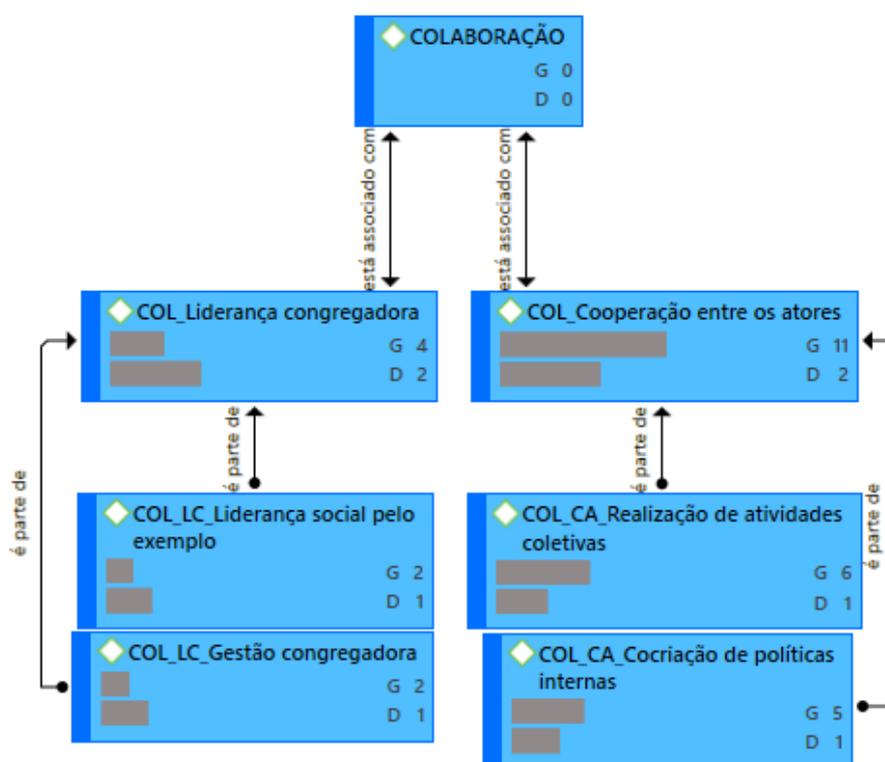
O banco comunitário transforma a vida e as habilidades das pessoas. Os próprios envolvidos enxergam um desenvolvimento das suas carreiras participando das atividades. Eu mesmo enxergo que o banco, de fato, contribui para que as pessoas possam ver uma economia diferente (E2).

Nesse contexto, o processo de conciliação das diversas metas, revelados por práticas em seus contextos reais apresenta eficácia nos casos analisados. Evidencia-se a possibilidade de alinhamento entre os compromissos individuais e os compromissos coletivos dos indivíduos (Alkire, 2005), que contemplam a adequação e divisão de atividades, a participação democrática e a busca por

desenvolvimento de habilidades sociais (Fligstein, 2007; Ibrahim, 2017; Schubert, 2018; Tsakanika & Chaves-Ávila, 2017; Ziegler, 2017b), adquirindo vitalidade quando demonstra a esses indivíduos a importância da causa que eles perseguem e as recompensas sociais das suas ações.

#### 4.2.4 Colaboração

Essa categoria é definida como o processo de colaboração entre os atores envolvidos nas iniciativas de inovação social (Cajaíba-Santana, 2014; Chiapero-Martinetti & Von Jacobi, 2015; Correia et al., 2019; Fligstein, 2007; Ibrahim, 2017; Nicholls & Ziegler, 2017; Schubert, 2018; Voorberg et al., 2015; Ziegler, 2017b) em dois níveis: a liderança que congrega e mobiliza os participantes das iniciativas, enxergados como incentivadores e controladores da execução das atividades, e a cooperação entre os demais integrantes durante as atividades, conforme apresentado na Figura 5:



**Figura 5.** Categoria Colaboração.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Nos bancos comunitários de desenvolvimento paraibanos, o processo de colaboração é iniciado pelo líder dessas iniciativas de inovação social, uma vez que ele próprio, por meio de seu conhecimento, experiência e aderência à causa, torna-se um exemplo. Esse processo começa na formação dos atores-chaves junto aos bancos já implementados. Nas palavras do E1, “todo projeto quando se inicia sempre tem que ter um mentor, uma pessoa que tá ali por perto, que apresenta a ideia, que acompanha”. Referindo-se ao seu líder, outro sujeito corrobora: “No exemplo dele eu acredito. Ele sempre compra tudo com a moeda, com o tintim. Ele é um exemplo

para motivar as pessoas e fazerem circular mais a moeda social” (E5).

Contudo, vale salientar que a estrutura é formada a partir da base, uma vez que os líderes não são de estruturas organizacionais já consolidadas. Vale ressaltar que os BCD's possuem estruturas enxutas vinculadas à comunidade, portanto, um reflexo do poder participativo de todos os envolvidos. Desse modo, apenas para fim de entendimento, chama-se de líderes os atores sociais engajados com a causa comunitária e que participam de formações junto aos bancos em funcionamento para que adquiram o conhecimento necessário para a

implementação de um novo banco, contando com a ajuda de outros envolvidos que se agregam ao projeto.

Reforça-se, então, que “em um negócio comunitário, o trabalho em equipe é essencial para o bom desenvolvimento das ações de pensar coletivamente e pensar no bem da comunidade” (E6). Nesse sentido, o processo de cooperação entre os atores acontece de forma imprescindível e essencial no desenvolvimento das atividades desempenhadas pelos atores envolvidos em um banco comunitário, uma vez que o propósito não é eleger “ganhadores” ou “perdedores”, efeito da captura, mas minimizar essa variável negativa e promover mudança social coletiva (Ibrahim, 2017; Portales, 2019).

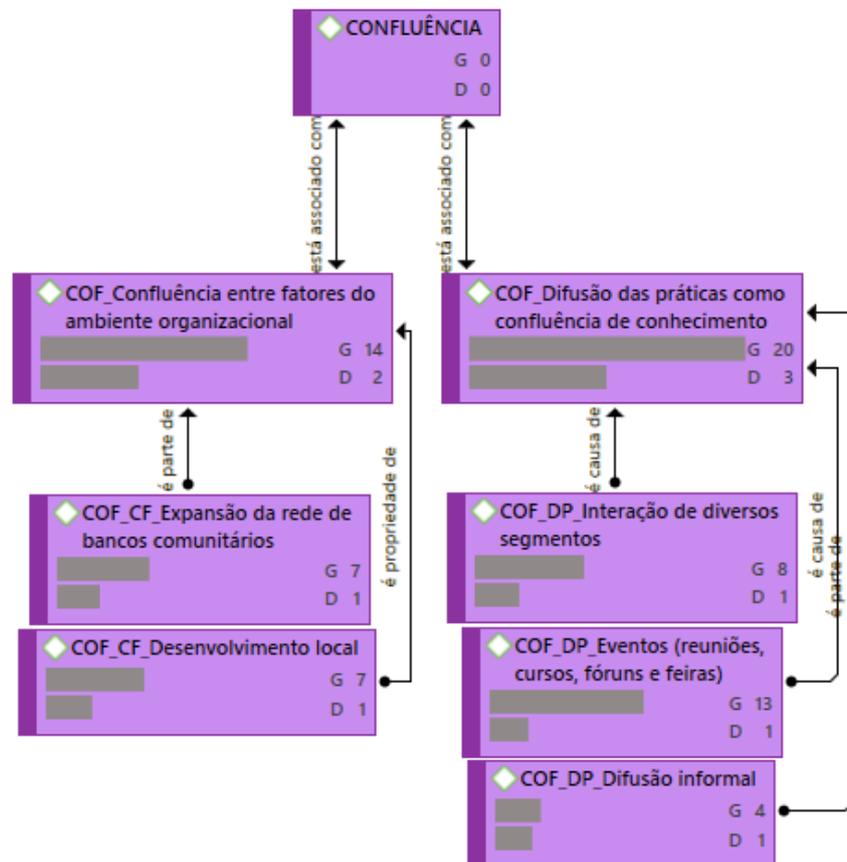
O espírito de cooperação é um espírito que tem que ser trabalhado. O que está posto aí na sociedade é competição, não é a cooperação, então vou trabalhar nas organizações sociais e, com o tempo, ter apoio de grupos de trabalho em forma de cooperação (E2).

Diante das evidências, tem-se a colaboração, em detrimento da competição, como principal meio de atuação para o atingimento dos objetivos organizacionais e coletivos

dentro dos bancos comunitários, uma vez que, respectivamente, uma busca mudança social, preponderantemente por meio da cooperação, e outra, benefício puramente financeiro ou de poder (Portales, 2019). Desse modo, com vista aos objetivos sociais dessas iniciativas estudadas, a colaboração é apresentada como um elemento básico e reflexo de várias influências, discutidas ao longo dessa análise.

#### 4.2.5 Confluência

Essa categoria é definida como atividade central a difusão das práticas das iniciativas de IS entre os atores sociais e instituições de todas as esferas, no sentido de construção de esforços para aderência popular das causas defendidas, articulação de parcerias e de investimentos e escalabilidade dos projetos executados, bem como a confluência de fatores organizacionais que, como último fim, promovem a expansão das iniciativas e o desenvolvimento local (Cajaiba-Santana, 2014; Howaldt et al., 2015; Moore & Westley, 2011; Portales, 2019; Souza et al., 2019).



**Figura 6.** Categoria Confluência.  
Fonte: Elaborada pelos autores.

Todos esses esforços são apoiados nas preocupações sociais/ambientais, gerando as transformações pretendidas pelas inovações sociais na minimização de problemas sociais, numa pretensão de transformação social (Cajaiba-Santana, 2014; Chiappero-Martinetti & Von Jacobi, 2015; Dawson & Daniel, 2010; Moore et al., 2012; Nicholls & Ziegler, 2017; Rey-García et al., 2019; Ziegler, 2017b). Tem-se, na Figura 6 os

elementos citados pelos sujeitos.

A partir da confiança e da reciprocidade geradas entre os envolvidos em uma aquisição de habilidade social (Baron & Markman, 2000; Fligstein, 1997; Fligstein & McAdam, 2012), estes avançam e fazem com que a organização da qual fazem parte atinja este ponto crucial do ciclo de capacidades. Nesse contexto, a partir do capital e sua consequente utilização, inicia-se um processo de

desenvolvimento de capacidades desses atores sociais, o qual chega a um último esforço coletivo de capacidades, previsto pela categoria denominada de confluência, cujo escopo é dotado de dois processos-base: a confluência entre os fatores do ambiente organizacional e a difusão das práticas como confluência de conhecimento.

No cenário dos bancos pertencentes à rede paraibana em análise, compreende-se que há um espaço de múltiplas atividades. Como mencionado por todos os entrevistados, os CDBs atuam como principal meio de difusão de informações e de relacionamento entre os atores institucionais; projeta ainda mais os bancos comunitários e desenvolve os participantes; permite a difusão de práticas e troca de experiências para o sucesso dos negócios; além da comercialização de produtos que movimentam a economia local, as feiras de economia solidária.

Como discorre o E1: “A gente faz toda sexta-feira a feira de economia solidária, agricultura familiar, arte e cultura de Lagoa de Dentro. É um espaço onde a gente comercializa, aprende, ensina e forma.” (E1).

Além da feira de economia solidária, existem também os fóruns de economia solidária, lócus de debates sobre as melhores práticas executadas pelos bancos. Nesses eventos, os BCD's trocam experiências, estratégias de atuação e conhecimento acerca dos processos executados e captam parcerias para suas ações futuras. Atores-chave de bancos ainda não semeados conhecem a filosofia e dinâmica das iniciativas e expandem o movimento para suas localidades.

Nesse sentido, os eventos são espaços promissores estratégicos de articulação e difusão das práticas dos bancos comunitários. O trecho a seguir discorre o sentimento de um dos entrevistados com relação aos eventos promovidos pelo banco ao qual pertence, enfatizando que se trata de uma prática comum a todos os outros bancos:

Eventos têm uma importância muito grande para nós. Em virtude das parcerias e contatos, a gente já conseguiu algumas ajudas. Isso fortalece nosso trabalho, porque a gente consegue melhorar a forma de funcionamento do banco, com equipamentos, compra de material para barracas, tendas, mesas, cadeiras para próximos eventos. Aqui em Lagoa de Dentro/PB, tem um evento em dezembro ou janeiro, o Seminário Estadual de Finanças Solidárias, que já está na quarta edição, vamos para quinta. Já recebemos gente do Brasil inteiro. Nos três dias de evento, 100 a 150 pessoas vêm conhecer a cidade, a feira, o banco e a moeda e dão visibilidade ao projeto (E1).

Nesse propósito de difusão, além dos espaços planejados formalmente e dos fóruns, existem práticas de difusão informal, a exemplo do envolvido no BCD, que pode ser agente de crédito, líder, produtor, comerciante, ou até mesmo o ator comunitário beneficiado, e “[...] sai espalhando informações aos familiares e amigos sobre o banco, na tentativa de ajudar as pessoas a entenderem como é o banco, como ele consegue engajar as pessoas a aderirem à causa que defende e como faz acontecer” (E3).

Nesse sentido, existem também as instituições externas que compartilham conhecimento formal acerca das iniciativas comunitárias retratadas, a exemplo das instituições educacionais, em especial as universidades, que têm papel significativo segundo um dos sujeitos: “eu vejo a universidade como um espaço muito importante de disseminação dessas iniciativas inovadoras”.

Objetiva-se com todos os processos organizacionais dessas iniciativas um esforço de expansão de suas estruturas, sejam físicas ou na escalabilidade da transformação social, que se refletem em desenvolvimento comunitário, uma vez que “os bancos trazem todo o resgate, para além do desenvolvimento local. E isso se relaciona com o resgate cultural. É tanto que, no verso das moedas, por exemplo, aparecem os grupos folclóricos da cidade, o rio, todos esses elementos envolvidos” (E7).

Com esse propósito de apelo cultural e desenvolvimento das comunidades, os bancos comunitários são criados. Inspiram-se em iniciativas semelhantes já existentes, que formam lideranças para as novas implantações. No Brasil, tem-se como banco comunitário de desenvolvimento precursor o Banco Palmas, localizado na cidade de Fortaleza/CE, e citado como referência por todos os sujeitos entrevistados. Assim, o processo de expansão da rede brasileira de bancos comunitários deu-se com os esforços iniciais do Banco Palmas:

O Banco Palmas, que hoje é o maior banco comunitário do país, é responsável por coordenar a Rede Brasileira de Bancos Comunitários e tem implementado várias ações. A gente pode dizer, com muito orgulho, que é neto do Banco Palmas, porque o banco Jardim Botânico é filho do Banco Palmas e nós somos filhos do Banco Jardim Botânico. Há uma ligação no processo de formação, de mobilização e de construção. Ele é referência para nós hoje (E1).

Essa expansão da rede de BCD's se dá com a reunião de vários segmentos da sociedade que possam contribuir para o enriquecimento das discussões ou com doações de quaisquer recursos, além de capacitações e trocas de experiências entre as instituições já consolidadas. Em Lagoa de Dentro/PB, por exemplo, o banco Lagoa reuniu a comunidade para uma capacitação em educação financeira com vista à facilitação do processo de abertura do banco, considerando a difusão de conhecimento como passo inicial para a mobilização dos atores. Pensa-se em sempre fortalecer as capacidades dos envolvidos como fator essencial para o desenvolvimento dos projetos realizados, evidenciando a ênfase nos atores sociais da base (Ibrahim, 2017).

Por fim, as práticas coletivas refletem-se no desenvolvimento local das comunidades impactadas (Souza et al., 2019), trazendo, além de desenvolvimento de capacidades e de habilidades dos atores sociais envolvidos, a criação do desejo de melhoria de vida nestes e o desenvolvimento socioeconômico das comunidades (Ibrahim, 2017; Melo Neto & Magalhães, 2009; Mostagi et al., 2019).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve o objetivo de analisar as categorias do Ciclo 5C nos bancos da Rede Paraibana de Bancos Comunitários. Evidenciou-se principalmente a força do processo de conscientização a partir da apresentação de estratégias alinhadas à causa dos BCD's, que se traduzem na promoção da reflexão crítica, no engajamento pessoal dos atores sociais e no sentimento comunitário de melhoria de vida. Nesse sentido, há uma notável consciência dos sujeitos sobre a atuação do banco no sentido de desenvolver a comunidade de modo sustentável.

Nessa exploração empírica, também foram evidenciados os demais elementos da construção teórica proposta. Inicialmente, evidenciou-se o capital, enquanto categoria que descreve a mobilização de recursos pelos agentes dos processos, como subsídios para a dinâmica dos BCD's, a partir de evidências econômicas (lastro e moeda social), sociais (confiança e reciprocidade mediados por habilidade social) e culturais (história local e diversidade cultural).

Em seguida, apresenta-se a existência dos processos de conciliação e colaboração nos bancos comunitários, em consonância com as categorias do *framework* construído a partir da literatura. Respectivamente, o consenso – como palavra-chave – entre os atores sociais das iniciativas em suas mais variadas atividades, bem como a colaboração empregada entre esses participantes para fins de otimização dos processos realizados.

Por fim, gera-se, por meio do funcionamento da rede paraibana de BCD's, o desenvolvimento local das comunidades nas quais estão inseridos, iniciado na difusão de práticas pensadas e implementadas e na expansão dessas iniciativas, previstos pela categoria “confluência”. Com essa análise, tem-se, então, que todos os processos previstos pelo ciclo 5C foram encontrados nos contextos em análise, caracterizando os casos estudados como celeiros para o desenvolvimento de capacidades. Dessa forma, a contribuição teórica desse estudo concentra-se na representação das capacidades coletivas promovidas pelos atores de inovação social, enxergados num prisma de agentes desenvolvimento (Chiappero-Martinetti & Von Jacobi, 2015; Ibrahim, 2017) e oferece uma articulação teórico-empírica significativa para o entendimento desse fenômeno.

Seguindo este percurso, como contribuição gerencial, apresentou-se adicionalmente práticas dos BCD's como elementos inspiradores para modelos de gestão voltados às inovações sociais e demais organizações que desejam desenvolver capacidades coletivas em suas estruturas humanas (Howaldt & Schwarz, 2017; Ibrahim, 2017; Sen, 1990; 2001; Tiwari, 2017; Ziegler et al., 2017): práticas de treinamento e de formação constante sobre os princípios de economia solidária e funcionamento do banco comunitário (conscientização); construção de um consenso interno por meio de conselho

deliberativo e reuniões democráticas (conciliação); práticas articuladas entre os líderes e colaboradores dos BCD's para atingimento dos objetivos organizacionais (colaboração); gestão de capital econômico, cultural e social no sentido de subsidiar todos os atores e recursos necessários para o intento (capital); e, por fim, difusão de práticas por meio dos eventos e ações realizados pelas iniciativas de inovação social, a exemplo das feiras e seminários de economia solidária (confluência).

Como limitações, entende-se que o estudo utilizou um recorte transversal em uma exploração concentrada no Estado da Paraíba, bem como foi realizado no contexto da pandemia da COVID-19. Dessa forma, as entrevistas foram conduzidas de forma remota. Sugere-se que os estudos futuros realizem uma exploração longitudinal com comparações entre iniciativas de inovação social de distintos segmentos e contextos, bem como análises quantitativas que agreguem subsídios para mensuração dos processos descritos pelo *framework*.

## REFERÊNCIAS

- Abad, A. G., & Ezponda, A. G. (2019). Recursos y dilemas de la innovación social: Un concepto problemático. *RES - Revista Española de Sociología*, 28(3), 135-150. <https://doi.org/10.22325/fes/res.2019.32>
- Alkire, S. (2005). Why the capability approach? *Journal of Human Development*, 6(1), 115-135. <https://doi.org/10.1080/146498805200034275>
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo* (4 ed.). Lisboa: Edições 70.
- Baron, R. A., & Markman, G. D. (2000). Beyond social capital: How social skills can enhance entrepreneurs' success. *Academy of Management Perspectives*, 14(1), 106-116. <https://doi.org/10.5465/ame.2000.2909843>
- Biggeri, M., Testi, E., & Bellucci, M. (2017). Enabling ecosystems for social enterprises and social innovation: A capability approach perspective. *Journal of Human Development and Capabilities*, 18(2), 299-306. <https://doi.org/10.1080/19452829.2017.1306690>
- Boni, A., Belda-Miquel, S., & Pellicer-Sifres, V. (2018). Transformative innovation. Proposals from grassroots innovations towards a human development. *Recerca - Revista de Pensament & Anàlisi*, 23, 67-94. <https://doi.org/10.6035/Recerca.2018.23.4>
- Borges, M. A., Dandolini, G. A., & Soares, A. L. (2020). O processo de formação de parcerias intersetoriais em iniciativas de inovação social em Portugal. *Análise Social*, 234, 118-143. <https://doi.org/10.31447/AS00032573.2020234.05>
- Bourdieu, P. (1986). The forms of capital. In J. G. Richardson (Ed.), *Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education* (pp. 241-258). New York: Greenwood Press.
- Bourdieu, P. (1989). *O poder simbólico*. Lisboa: Difel.
- Brito, E. C., & Oliveira, C. M. (2019). Bancos comunitários de desenvolvimento e moedas sociais: A experiência pioneira do Banco de Palmas. *Orbis Latina*, 9(2), 23-36.
- Burchardt, T. (2004). Capabilities and disability: The capabilities framework and the social model of disability. *Disability & Society*, 19(7), 735-751. <https://doi.org/10.1080/0968759042000284213>
- Cajaiba-Santana, G. (2014). Social innovation: Moving the field forward. A conceptual framework. *Technological Forecasting and Social Change*, 82, 42-51. <https://doi.org/10.1016/j.techfore.2013.05.008>

- Chiappero-Martinetti, E., & Von Jacobi, N. (2015). How can Sen's 'capabilities approach' contribute to understanding the role for social innovations for the marginalized? *Report on Institutions, Social Innovation & System Dynamics from the Perspective of the Marginalised*.
- Correia, S. É. N., Melo, L. S. A., & Oliveira, V. M. (2019). Inovação social e sociedade civil: Conteúdo, processos e empoderamento. *REUNIR - Revista de Administração Contabilidade e Sustentabilidade*, 9(1), 50-62. <https://doi.org/10.18696/reunir.v9i1.891>
- Correia, S. É. N., Oliveira, V. M., & Gomez, C. R. P. (2016). Dimensões da inovação social e os papéis do ator organizacional: A proposição de um framework. *RAM - Revista de Administração Mackenzie*, 17(6), 102-133. <https://doi.org/10.1590/1678-69712016/administracao.v17n6p102-133>
- Correia, S. É. N., Oliveira, V. M., & Goméz, C. R. P. (2018). Inovações sociais e seus níveis de análise: O caso PATAc-PB. *Revista Gestão e Desenvolvimento*, 15(2), 157-180. <https://doi.org/10.25112/rgd.v15i2.1544>
- Dawson, P., & Daniel, L. (2010). Understanding social innovation: A provisional framework. *International Journal of Technology Management*, 51(1), 9-21. <https://doi.org/10.1504/ijtm.2010.033125>
- Deneulin, S., & McGregor, J. A. (2010). The capability approach and the politics of a social conception of wellbeing. *European Journal of Social Theory*, 13(4), 501-519. <https://doi.org/10.1177/1368431010382762>
- Flick, U. (2004). *Introducción a la investigación cualitativa*. Madrid: Morata.
- Fligstein, N. (1997). Social skill and institutional theory. *American Behavioral Scientist*, 40(4), 397-405. <https://doi.org/10.1177/0002764297040004003>
- Fligstein, N. (2007). Habilidade social e a teoria dos campos. *Revista de Administração de Empresas*, 47(2), 61-80.
- Fligstein, N., & McAdam, D. (2012). *A theory of fields*. Oxford: Oxford University Press.
- Freitas, W. R., & Jabbour, C. J. (2011). Utilizando estudo de caso (s) como estratégia de pesquisa qualitativa: Boas práticas e sugestões. *Revista Estudo & Debate*, 18(2), 7-22.
- Gerometta, J., Haussermann, H., & Longo, G. (2005). Social innovation and civil society in urban governance: Strategies for an inclusive city. *Urban studies*, 42(11), 2007-2021. <https://doi.org/10.1080/00420980500279851>
- Howaldt, J., Kopp, R., & Schwarz, M. (2015). *On the theory of social innovations: Tarde's neglected contribution to the development of a sociological innovation theory*. Weinheim: Beltz Juventa. <https://nbn-resolving.org/urn:nbn:de:0168-ssoar-419633>
- Howaldt, J., & Schwarz, M. (2017). Social innovation and human development: How the capabilities approach and social innovation theory mutually support each other. *Journal of Human Development and Capabilities*, 18(2), 163-180. <https://doi.org/10.1080/19452829.2016.1251401>
- Huddart, S. (2010). Patterns, principles, and practices in social innovation. *The Philanthropist*, 23(3), 221-234.
- Ibrahim, S. (2017). How to build collective capabilities: The 3C-Model for grassroots-led development. *Journal of Human Development and Capabilities*, 18(2), 197-222. <https://doi.org/10.1080/19452829.2016.1270918>
- Juliani, D. P., Juliani, J. P., Souza, J. A., & Harger, E. M. (2014). Inovação social: perspectivas e desafios. *Revista ESPACIOS*, 35(5).
- Llewellyn, S., & Northcott, D. (2007). The "singular view" in management case studies. *Qualitative Research in Organizations and Management*, 2(3), 194-207. <https://doi.org/10.1108/17465640710835355>
- Medeiros, C. B., Machado, L. C. R., Pereira, L. C. de A., Costa, Í. C. de A., & Gomez, C. P. (2017). Inovação social e empreendedorismo social: Uma análise sob a perspectiva da economia solidária. *GESTÃO.Org*, 15(1), 61-72. <https://doi.org/10.21714/1679-18272017v15n1.p61-72>
- Melo Neto, J. J., Segundo, & Magalhães, S. (2009). Bancos comunitários. *Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise*, 41, 21-26.
- Moore, M.-L., & Westley, F. (2011). Surmountable chasms: Networks and social innovation for resilient systems. *Ecology and Society*, 16(1).
- Moore, M.-L., Westley, F. R., & Nicholls, A. (2012). The social finance and social innovation nexus. *Journal of Social Entrepreneurship*, 3(2), 115-132. <https://doi.org/10.1080/19420676.2012.725824>
- Mostagi, N. C., Pires, L. L., Mahnic, C. L. P., & Santos, L. M. L. (2019). Banco Palmas: Inclusão e desenvolvimento local. *Interações*, 20(1), 111-124. <https://doi.org/10.20435/inter.v0i0.1653>
- Moulaert, F., Martinelli, F., González, S., & Swyngedouw, E. (2007). Introduction: Social innovation and governance in European cities: Urban development between path dependency and radical innovation. *European Urban and Regional Studies*, 14(3), 195-209. <https://doi.org/10.1177/0969776407077737>
- Mumford, M. D. (2002). Social innovation: Ten cases from Benjamin Franklin. *Creativity research journal*, 14(2), 253-266. [https://doi.org/10.1207/S15326934CRJ1402\\_11](https://doi.org/10.1207/S15326934CRJ1402_11)
- Nicholls, A., & Murdock, A. (2012). The nature of social innovation. In A. Nicholls & A. Murdock (Eds.), *Social Innovation* (pp.1-30). London: Palgrave Macmillan. [https://doi.org/10.1057/9780230367098\\_1](https://doi.org/10.1057/9780230367098_1)
- Nicholls, A., & Ziegler, R. (2017). An extended social grid model for the study of marginalisation processes and social innovation. *CRESSI Working Paper Series*, 2.
- Nascimento, L. S., & Steinbruch, F. K. (2019). "The interviews were transcribed", but how? Reflections on management research. *RAUSP Management Journal*, 54(4), 413-429. <https://doi.org/10.1108/rausp-05-2019-0092>
- Oliveira, V. M., Correia, S. E. N., & Gomez, C. R. P. (2018). Inovações sociais como meio de promoção do consumo sustentável: Possibilidades e desafios. *Desenvolvimento em Questão*, 16(44), 383-416. <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2018.44.383-416>
- Orton, M. (2011). Flourishing lives: The capabilities approach as a framework for new thinking about employment, work and welfare in the 21st century. *Work, Employment and Society*, 25(2), 352-360. <https://doi.org/10.1177/0950017011403848>
- Paiva, F. G., Júnior, Souza Leão, A. L. M., & Mello, S. C. B. (2011). Validade e confiabilidade na pesquisa qualitativa em administração. *Revista de Ciências da Administração*, 13(31), 190-209. <https://doi.org/10.5007/2175-8077.2011v13n31p190>
- Pellicer-Sifres, V., Belda-Miquel, S., Lopez-Fogues, A., & Boni Aristizabal, A. (2017). Grassroots social innovation for human development: An analysis of alternative food networks in the city of Valencia (Spain). *Journal of Human Development and Capabilities*, 18(2), 258-274. <https://doi.org/10.1080/19452829.2016.1270916>
- Portales, L. (2019). *Social innovation and social entrepreneurship. Fundamentals, concepts, and tools*. Cham, Switzerland: Palgrave Macmillan. <https://doi.org/10.1007/978-3-030-13456-3>
- Rede Paraibana de Bancos Comunitários (n.d.). *Multimídia*. <https://bcdpb.webnode.com/multimidia/>
- Rey-García, M., Calvo, N., & Mato-Santiso, V. (2019). Collective social enterprises for social innovation: Understanding the

- potential and limitations of cross-sector partnerships in the field of work integration. *Management Decision*, 57(6), 1415-1440. <https://doi.org/10.1108/MD-01-2017-0091>
- Rigo, A. S., França, G. C., Filho, & Leal, L. P. (2015). Moedas sociais nos bancos comunitários de desenvolvimento: a experiência das conchas em Matarandiba/BA. *Revista Interdisciplinar de Gestão Social*, 4(2). <https://doi.org/10.9771/23172428rigs.v4i2.9053>
- Rigo, A. S., & França, G. C. D., Filho. (2017). O paradoxo das Palmas: análise do (des) uso da moeda social no “bairro da economia solidária”. *Cadernos EBAPE.BR*, 15(1), 169-193. <https://doi.org/10.1590/1679-395141258>
- Robeyns, I. (2005). The capability approach: A theoretical survey. *Journal of Human Development*, 6(1), 93-117. <https://doi.org/10.1080/146498805200034266>
- Schubert, C. (2018). Social Innovation. In W. Rammert, A. Windeler, H. Knoblauch & M. Hutter (Eds.), *Innovation Society Today* (pp. 371-391). Wiesbaden: Springer. [https://doi.org/10.1007/978-3-658-19269-3\\_17](https://doi.org/10.1007/978-3-658-19269-3_17)
- Scoppetta, A., Butzin, A., & Rehfeld, D. (2014). Social innovation in the social economy and civil society. *Theoretical approaches to social innovation: A critical literature review*. [http://www.si-drive.eu/wp-content/uploads/2014/11/D1\\_1-Critical-Literature-Review\\_final.pdf](http://www.si-drive.eu/wp-content/uploads/2014/11/D1_1-Critical-Literature-Review_final.pdf)
- Scott-Cato, M., & Hillier, J. (2010). How could we study climate-related social innovation? Applying Deleuzean philosophy to Transition Towns. *Environmental Politics*, 19(6), 869-887. <https://doi.org/10.1080/09644016.2010.518677>
- Sen, A. (1990). Development as capability expansion. In J. DeFilippis & S. Saegert (Eds.), *The Community Development Reader* (pp. 319-327). New York: Routledge.
- Sen, A. (2001). *Development as Freedom*. Oxford: Oxford Paperbacks.
- Sferrazzo, R., & Ruffini, R. (2019). Are liberated companies a concrete application of Sen's capability approach? *Journal of Business Ethics*, 1-14. <https://doi.org/10.1007/s10551-019-04324-3>
- Silva, J. T., Júnior. (2007). Bancos comunitários e desenvolvimento territorial: Analisando as singularidades destas experiências de microfinanças solidárias. *Cadernos Gestão Social*, 1, 1-18.
- Singer, P. (2002). *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Soares, C. L. B. (2016). *Moeda social: Uma análise interdisciplinar de suas potencialidades no Brasil contemporâneo* (Thesis). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil. <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/89433>
- Souza, A. C. A. A., Lessa, B. S., & Silva, J. C. L., Filho. (2019). Social innovation and the promotion of local economic development. *Innovation & Management Review*, 16(1), 55-71. <https://doi.org/10.1108/INMR-10-2018-0074>
- Tiwari, M. (2017). Exploring the role of the capability approach in social innovation. *Journal of Human Development and Capabilities*, 18(2), 181-196. <https://doi.org/10.1080/19452829.2016.1271312>
- Tsakanika, L. (2017). Building social innovation ecosystems: A capability approach (Dissertation). Universitat de Valencia, Valencia, Spain. [https://base.socioeco.org/docs/tfm\\_tsakanika\\_2017\\_building\\_social\\_innovation\\_ecosystems\\_a\\_capability\\_approach.pdf](https://base.socioeco.org/docs/tfm_tsakanika_2017_building_social_innovation_ecosystems_a_capability_approach.pdf)
- Ullrich, D. R., Oliveira, J. S., Basso, K., & Visentini, M. S. (2012). Reflexões teóricas sobre confiabilidade e validade em pesquisas qualitativas: Em direção à reflexividade analítica. *Análise*, 23(1).
- Van der Have, R. P., & Rubalcaba, L. (2016). Social innovation research: An emerging area of innovation studies? *Research Policy*, 45(9), 1923-1935. <https://doi.org/10.1016/j.respol.2016.06.010>
- Vieira, N. D. S., Parente, C., & Barbosa, A. C. Q. (2017). Terceiro setor, economia social e economia solidária: laboratório por excelência de inovação social. *Sociologia*, 100-121. <https://doi.org/10.21747/08723419/soctem2017a4>
- Voorberg, W. H., Bekkers, V. J., & Tummers, L. G. (2015). A systematic review of co-creation and co-production: Embarking on the social innovation journey. *Public Management Review*, 17(9), 1333-1357. <https://doi.org/10.1080/14719037.2014.930505>
- Yin, R. K. (2015). *Estudo de Caso: Planejamento e métodos*. Bookman editora.
- Young, H. P. (2011). The dynamics of social innovation. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 108(Supplement 4), 21285-21291. <https://doi.org/10.1073/pnas.1100973108>
- Ziegler, R. (2010). Innovations in doing and being: Capability innovations at the intersection of Schumpeterian political economy and human development. *Journal of Social Entrepreneurship*, 1(2), 255-272. <https://doi.org/10.1080/19420676.2010.511818>
- Ziegler, R. (2017a). Citizen Innovation as Niche Restoration - A Type of Social Innovation and Its Relevance for Political Participation and Sustainability. *Journal of Social Entrepreneurship*, 8(3), 338-353. <https://doi.org/10.1080/19420676.2017.1364286>
- Ziegler, R. (2017b). Social innovation as a collaborative concept. *Innovation: The European Journal of Social Science Research*, 30(4), 388-405. <https://doi.org/10.1080/13511610.2017.1348935>
- Ziegler, R., Molnar, G., Chiappero-Martinetti, E., & von Jacobi, N. (2017). Creating (Economic) Space for Social Innovation. *Journal of Human Development and Capabilities*, 18(2), 293-298. <https://doi.org/10.1080/19452829.2017.1301897>

**CONTEXTUS**

REVISTA CONTEMPORÂNEA DE ECONOMIA E GESTÃO.

ISSN 1678-2089

ISSNe 2178-9258

1. Economia, Administração e Contabilidade – Periódico  
 2. Universidade Federal do Ceará. FEAAC – Faculdade de  
 Economia, Administração, Atuária e Contabilidade

**FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO,  
ATUÁRIA E CONTABILIDADE (FEAAC)**

Av. da Universidade – 2486, Benfica  
 CEP 60020-180, Fortaleza-CE

**DIRETORIA:** Paulo Rogério Faustino Matos  
 Danielle Augusto Peres

**Website:** [www.periodicos.ufc.br/contextus](http://www.periodicos.ufc.br/contextus)

**E-mail:** [revistacontextus@ufc.br](mailto:revistacontextus@ufc.br)



A Contextus está classificada no sistema  
 Qualis – Capes como periódico B1, na área  
 de Administração Pública e de Empresas,  
 Ciências Contábeis e Turismo (2013-2016).



A Contextus está de acordo e assina a  
 Declaração de São Francisco sobre a  
 Avaliação de Pesquisas (DORA).



A Contextus é associada à Associação  
 Brasileira de Editores Científicos (ABEC)



Esta obra está licenciada com uma  
 licença Creative Commons Atribuição – Não  
 Comercial 4.0 Internacional.

**EDITOR-CHEFE**

Diego de Queiroz Machado (UFC)

**EDITORES ADJUNTOS**

Alane Siqueira Rocha (UFC)  
 Francisco Vicente Sales Melo (UFC)  
 Márcia Zabdiele Moreira (UFC)

**EDITORES ASSOCIADOS**

Adriana Rodrigues Silva (IPSantarém, Portugal)  
 Alessandra de Sá Mello da Costa (PUC-Rio)  
 Andrew Beheregarai Finger (UFAL)  
 Armindo dos Santos de Sousa Teodósio (PUC-MG)  
 Bruno Fernandes da Silva Gaião (UEPB)  
 Carlos Enrique Carrasco Gutierrez (UCB)  
 Dalton Chaves Vilela Júnior (UFAM)  
 Elionor Farah Jreige Weffort (FECAP)  
 Gabriel Moreira Campos (UFES)  
 Guilherme Jonas Costa da Silva (UFU)  
 Henrique César Muzzio de Paiva Barroso (UFPE)  
 Jorge de Souza Bispo (UFBA)  
 Keysa Manuela Cunha de Mascena (UNIFOR)  
 Manuel Anibal Silva Portugal Vasconcelos Ferreira (UNINOVE)  
 Mariluce Paes-de-Souza (UNIR)  
 Minelle Enéas da Silva (La Rochelle, France)  
 Pedro Jácome de Moura Jr. (UFPB)  
 Rafael Fernandes de Mesquita (IFPI)  
 Rosimeire Pimentel (UFES)  
 Susana Jorge (UC, Portugal)  
 Thiago Henrique Moreira Goes (UFPR)

**CONSELHO EDITORIAL**

Ana Sílvia Rocha Ipiranga (UECE)  
 Conceição de Maria Pinheiro Barros (UFC)  
 Danielle Augusto Peres (UFC)  
 Diego de Queiroz Machado (UFC)  
 Editinete André da Rocha Garcia (UFC)  
 Emerson Luís Lemos Marinho (UFC)  
 Eveline Barbosa Silva Carvalho (UFC)  
 Fátima Regina Ney Matos (ISMT)  
 Mario Henrique Ogasavara (ESPM)  
 Paulo Rogério Faustino Matos (UFC)  
 Rodrigo Bandeira-de-Mello (FGV-EAESP)  
 Vasco Almeida (ISMT)

**CORPO EDITORIAL CIENTÍFICO**

Alexandre Reis Graeml (UTFPR)  
 Augusto Cezar de Aquino Cabral (UFC)  
 Denise Del Pra Netto Machado (FURB)  
 Ednilson Bernardes (Georgia Southern University)  
 Ely Laureano Paiva (FGV-EAESP)  
 Eugenio Ávila Pedrozo (UFRGS)  
 Francisco José da Costa (UFPB)  
 Isak Kruglianskas (FEA-USP)  
 José Antônio Puppim de Oliveira (UCL)  
 José Carlos Barbieri (FGV-EAESP)  
 José Carlos Lázaro da Silva Filho (UFC)  
 José Célio de Andrade (UFBA)  
 Luciana Marques Vieira (UNISINOS)  
 Luciano Barin-Cruz (HEC Montréal)  
 Luis Carlos Di Serio (FGV-EAESP)  
 Marcelle Colares Oliveira (UFC)  
 Maria Ceci Araujo Misoczky (UFRGS)  
 Mônica Cavalcanti Sá Abreu (UFC)  
 Mozar José de Brito (UFL)  
 Renata Giovinnazzo Spers (FEA-USP)  
 Sandra Maria dos Santos (UFC)  
 Walter Bataglia (MACKENZIE)